



**ECONOMIA
INTELIGENTE
QUE CONSERVA
E TODOS
GANHAM**

Programa de
Desenvolvimento
Sustentável
do Acre

Programa de
Desenvolvimento
Sustentável
do Acre

**ECONOMIA
INTELIGENTE
QUE CONSERVA
E TODOS
GANHAM**



ACRE EXEMPLO NA CADEIA PRODUTIVA FLORESTAL

Num mundo cada vez mais preocupado com o avanço da poluição e do desmatamento, a palavra sustentabilidade torna-se prioridade, moeda de troca e aliança entre as nações. Nesta nova realidade, o Acre hoje se destaca como referência internacional quando falamos de Áreas Naturais Protegidas. Em seus 16,42 milhões de hectares, possui florestas intocadas em aproximadamente 87% de seu território.

E é também, graças a políticas públicas adequadas, o Estado é um dos que possui as maiores porções de terras destinadas à manutenção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Áreas que incluem projetos de assentamento, unidades de proteção integral e de uso sustentável e terras indígenas. Tudo com o objetivo de explorar a floresta de forma consciente e organizada.



Referência no país, Acre investe nas cadeias de valor florestais e agroflorestais



O governo do Estado apostou num projeto amplo, no qual incentiva a produção e impulsiona o processo de geração de renda para as pequenas propriedades rurais de produção familiar. E um dos elementos-chaves nesse processo inovador da chamada 'economia verde' é o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA).

Este programa que atualmente está em sua segunda fase, existe graças a uma parceria, via contrato de empréstimo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, uma das instituições mais respeitadas no mundo, com sede em Washington, nos Estados Unidos.

NOVA FASE

A nova fase do Programa (PDSA II) é composta de seis ações básicas:

- 1 Expansão e Consolidação das Florestas Estaduais para Produção Sustentável. O objetivo aqui é expandir e consolidar as áreas de florestas estaduais e os requisitos para produção sustentável.
- 2 Apoio ao Manejo Florestal Comunitário com o propósito de dar apoio técnico e financeiro para facilitar a vinculação entre produtores rurais e cadeias de valor no setor florestal.
- 3 Promoção de Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis. A finalidade é aumentar a probabilidade de empresas estabelecerem novos negócios ou escolherem o Estado do Acre como provedor de produtos agroflorestais.
- 4 Mecanismo de Apoio para Promover o Desenvolvimento das Cadeias de Valor. O objetivo é financiar os custos parciais de investimentos e assistência técnica para desenvolver e executar os planos de gestão de negócios nos grupos produtores rurais elegíveis visando a estabelecer vínculos comerciais viáveis com cadeias de valor agroflorestais.
- 5 Fortalecimento da Gestão Pública Florestal e Agroflorestal para estabelecer um ambiente regulatório e políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do setor florestal e agroflorestal, além de aumentar a capacidade institucional de gestão do setor florestal e agroflorestal.



FLORESTA EM PÉ

A finalidade do PDSA II é promover o crescimento econômico do Estado, em bases sustentáveis, proporcionando a conservação da floresta.

O Estado possui uma das mais ricas biodiversidades do mundo. O látex, a castanha e a madeira são três elementos essenciais para a economia da região, manejados pela população da floresta.

Como a ocupação do Acre é historicamente associada ao aproveitamento dos produtos da floresta, a preocupação central do programa é implementar um modelo de desenvolvimento a partir do manejo e conservação dos recursos naturais, com estímulo ao setor produtivo e oferta de infraestrutura.

O histórico de desmatamento no Estado, por exemplo, foi revertido com a implantação de vários programas de apoio aos produtores familiares. O Acre é o terceiro estado que mais reduziu o desmatamento na Amazônia Legal com queda de 34% no período de agosto de 2016 a

julho de 2017. Fica atrás apenas de Tocantins (55%) e Roraima (43%).

O levantamento é do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), que faz parte do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O fato é que o Acre está mudando sua economia porque acredita na agricultura familiar e no pequeno produtor, que geram riqueza, conscientização e renda.



Castanha é um dos produtos que mais geram renda no Estado



CONTRATO ASSINADO

A segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (PDSA II) foi oficializada em 17 de julho de 2013, quando o governador Tião Viana assinou, na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília, o contrato para operação de empréstimo entre governo do Estado e BID.

O orçamento do Programa é de US\$ 120 milhões, sendo US\$ 72 milhões de financiamento do BID (60%) e US\$ 48

milhões de contrapartida, sob a responsabilidade do Estado do Acre (40%).

A avaliação e comprovação, pelo BID, dos resultados alcançados no PDSA Fase I se mostraram satisfatórias para a aprovação desse novo investimento pelo banco.

O BID teve como base de referência, a estimativa de retorno econômico nas atividades de concessão florestal nos 240 mil hectares do Complexo de Florestas Públicas do Rio Gregório e 155 mil ha do Jurupari.

CONFIRA A SEGUIR, AS METAS DO PDSA II EM CINCO ANOS:

- Aumento em 8 % da renda do produtor familiar Agroflorestal;
- Aumento de 6% da participação do setor florestal no PIB do Estado do Acre;
- Inclusão socioeconômica de mais de 9.208 mil famílias de pequenos agricultores e comunidades tradicionais;
- Atrair empresas para a geração de novos negócios de produtos florestais e agroflorestais.





EDITAL PARA AS COMUNIDADES

Para se ter ideia de quanto foi investido nesse programa, entre 2013 e 2017, o governo do Acre divulgou três editais de um total de R\$ 19,2 milhões de reais que beneficiou comunidades que desenvolvem atividades dentro da floresta, para produtos madeireiros e florestais não madeireiros (ou seja, o manejo comunitário, os óleos e as sementes florestais nativas).

A Secretaria de Meio Ambiente (Sema), selecionou os melhores projetos e garantiu apoio financeiro às comunidades.

O investimento beneficia, especialmente, moradores de Unidades de Conservação de uso Sustentável, assentados da reforma agrária, comunidades ribeirinhas extrativistas e demais populações tradicionais.

Além de trabalharem com o manejo madeireiro e não madeireiro, os planos apresentados pelas comunidades e associações desenvolvem ações como abertura de ramais (vias secundárias) para transporte e escoamento da produção e criação de florestas.

Entre os projetos de sucesso não madeireiro, está o da Coopermogno, Cooperativa de Produtores Familiares e Economia

Solidária da Floresta do Mogno, em Tarauacá.

‘Desenvolvendo a cadeia de valor do Coclão’ atende 222 famílias moradoras do Complexo de Floresta Estaduais do Rio Gregório (CFERG) que trabalham na safra anual de coleta do cocão. Serão 5 mil sacas, rendimento de 215 mil kg de fruto, resultando em 15 mil litros de óleo e 66,6 mil quilos de carvão.

Atualmente vivem no complexo 500 famílias, aproximadamente 1.600 habitantes, que se organizam socialmente através de seis associações de moradores e duas cooperativas.

O local possui uma área total de 486 mil hectares. Destes, 240 mil ha serão destinados a concessões florestais, e 32 mil ha ao manejo florestal comunitário.

Estes programas e projetos governamentais aliados ao trabalho de cada família em suas áreas produtivas e nas áreas de utilização extrativista das florestas, têm possibilitado uma melhora na vida dos habitantes da floresta e de seu entorno. Antes, uma região bastante isolada e com altos índices de desnutrição e de problemas sociais.



RETOMADA DOS TRABALHOS

A presidente da Coopermogno Maria Antônia Cavalli da Silva, afirma que o PDSA possibilitou a retomada dos trabalhos na cooperativa que enfrentou problemas por anos.

“Hoje nossa sede tem área para secagem, viveiro para frutíferas, carvão [feito do cocão]. No início, muitos produtores não acreditavam e hoje nos procuram para vender o cocão”, diz a presidente.

Edmilson Mesquita, conselheiro da Coopermogno, disse que o crescimento da cooperativa significa melhores condições de trabalho para as comunidades locais. O objetivo é aproveitar tudo do cocão, do qual é possível produzir óleo, carvão e ração.

“Além disso, estamos investindo na fruticultura, como o cultivo do açaí, para que as pessoas possam produzir preservando a floresta. Podemos diminuir 25% o desmatamento dessa forma”.



O Acre tem 87% de floresta preservada, por desenvolver uma política de desenvolvimento que estimula a produção sustentável, gerando emprego e renda às populações tradicionais



COSMÉTICOS QUE VÊM DA TERRA

Outro plano de gestão vitorioso não madeireiro é uma iniciativa da Coopercintra, cooperativa fundada por produtores agroextrativistas em 2011, no município de Rodrigues Alves, e que tem como objetivo fortalecer a cadeia de valor do murmuru, especialmente o beneficiamento e a comercialização do óleo, que é empregado principalmente na indústria de cosméticos.

A Coopercintra trabalha em parceria com diversos órgãos governamentais e do terceiro setor. Ajuda a fomentar a economia florestal de coletores extrativistas e ribeirinhos em 52 comunidades do Alto e Baixo Juruá, distribuídas em cinco municípios (Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Jordão e Marechal Thaumaturgo e de parte do Amazonas).

Além dos coletores, também é alternativa de trabalho e renda para os 29 cooperados que oferecem serviços para a cooperativa, e também com a distribuição dos benefícios ao final do exercício anual entre cooperados.

De acordo com Osmarino de Souza, vice-presidente da cooperativa, o grande desafio na produção do murmuru é o transporte fluvial que depende muito do nível dos rios.

“O transporte por barco tem que ser feito até julho e agosto, enquanto que os rios estão cheios. Depois [com a estiagem] praticamente secam e não dá para levar o produto que depende de barcos grandes”.

Osmarino afirma que, graças ao PDSA II, além do investimento no plantio alternativo de frutíferas, os cooperados vão ter a disposição um barco que vai ser construído para o transporte médio de 900 mil sacas de murmuru.

“Isso vai diminuir muito o custo do frete que hoje pesa muito pra nós. Estamos otimistas, prova disso é que já temos como compradores de nossos produtos duas grandes empresas”, disse o vice-presidente.



Em Mâncio Lima, o buriti tem se destacado como alternativa na conservação da biodiversidade

BURITI EM ALTA

Em Mâncio Lima, a Cooperativa de Produtores de Polpa de Frutos Nativos, Coopfrutos, desenvolveu seu plano de gestão para fortalecer a cadeia de valor do buriti. Especialmente o beneficiamento e a comercialização do óleo, que é empregado na indústria cosmética.

O buriti tem se destacado na região como alternativa na conservação da biodiversidade, uma vez que promove o desenvolvimento de trabalho em três comunidades, que realizam o manejo do fruto em suas propriedades, apresentando, com isso, uma fonte alternativa de renda e alimentação para a população local.

A palmeira é uma alternativa de trabalho e renda para os 35 cooperados que oferecem serviços para a Cooperativa e, também, com a distribuição dos benefícios ao final do exercício anual entre cooperados.

O PDSA, por meio das ações desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente do Acre, garante apoio à gestão administrativa e técnica, capacitação dos benefi-

ários na coleta e beneficiamento, além do apoio logístico para transporte do fruto à usina, na aquisição de maquinários e utensílios para beneficiamento e comercialização do óleo de buriti, e incentivo aos jovens na continuação da atividade.

A presidente da Coopfrutos, Elines Ferreira de Araújo, afirma que só tem motivos para comemorar desde que o projeto foi aprovado.

“Antes, a gente trabalhava em pequena escala com o buriti, hoje, graças aos novos equipamentos, temos novos produtos a oferecer como o açaí, o patuá e o coco da praia”, diz.

Ainda de acordo com Elines, há dois anos a Coopfrutos contabilizava apenas 15 cooperados, hoje são 150 pessoas beneficiadas diretamente.

“Melhoramos a forma de lavagem dos produtos, impedimos o desperdício aproveitando a borra do produto para fazer sabão, sabonetes e retiramos óleos essenciais para poder vendê-los”, diz.



Todos os moradores participaram de capacitações para a implantação do manejo florestal comunitário. Aprendendo a trabalhar com a floresta e a fortalecer as demais atividades da agricultura familiar

MANEJO FLORESTAL CONTRA O DESMATAMENTO

Os planos de gestão de manejo madeireiro nas reservas acreanas também são exemplos de como gerar renda às comunidades e evitar danos ao meio ambiente. Em Tarauacá, a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários, a Cooperfloresta, apresentou o plano de apoio à cadeia de valor de produtos florestais madeireiros no complexo de florestas estaduais do Rio Gregório.

A ação atende solicitações de cinco associações do complexo, para apoiá-las nas atividades de implantação dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis Comunitários e na organização da produção florestal.

A experiência de 12 anos da Cooperfloresta no trabalho com a madeira manejada e certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (organismo internacional), nas regionais do Baixo e Alto Acre, despertou o interesse comunitário das associações do complexo.

No projeto, as associações envolveram, num primeiro momento, 103 manejadores

e associados. Porém, com potencial de triplicar o número de famílias participantes do Plano de Manejo Florestal Sustentável em até cinco anos, ultrapassando as 300 famílias beneficiárias da proposta.

A área total prevista para o plano é de 7.210 hectares, correspondendo a uma área de efetiva produção de 5.768 hectares de área de manejo florestal.

Além de garantir a habilitação das florestas para o manejo florestal no complexo, o plano promove a criação de postos de trabalho e renda da atividade florestal desenvolvida pelas associações que atuam no programa, aliado ao fornecimento de matéria prima legal para o mercado.

A implantação do manejo fortaleceu o setor produtivo, com capacitação e acompanhamento técnico, contribuindo para que as comunidades diversificassem sua renda e equilibrassem o uso sustentável dos principais elementos da região.



Além de reaproveitar áreas degradadas, programa também diminui a pressão sobre as florestas nativas

NECESSIDADE E DESAFIOS

Dionísio Barbosa de Aquino, um dos fundadores da Cooperfloresta, afirma que o manejo florestal comunitário nasceu de uma necessidade, por causa do impacto da agricultura e da pecuária nas matas nativas do Acre.

“As pessoas precisavam entender que a floresta em pé também é um bom negócio e dá dinheiro ao produtor”, diz.

Dionísio ressalta que o manejo florestal é um grande desafio para a comunidade porque é uma cadeia ampla que exige treinamento.

“É preciso ter consciência de que se trata de um projeto para filhos e netos e vai continuar para a vida toda. Preservando a floresta, você também preserva a fauna e todo o meio-ambiente”, diz.

Atualmente 68 espécies florestais mostram potencial ou já são manejadas e processadas pela indústria florestal acreana. Desse total, em média 35 são utilizadas para a produção de madeira serrada, 28 para lâminas torneadas e 22 para lâminas faqueadas.

Entre as mais comuns estão o angelim, cedro, cerejeira, cumarus, ipês, jatobá, maçanduba, paricá, mulateiro, breus e sumaúma. Além dessas, outras espécies como a seringueira, andiroba, copaíba, murmururu, buriti e cocão fornecem produtos não-madeireiros importantes como o látex, sementes e óleos.

O processo de licenciamento da atividade de manejo florestal em áreas particulares e em florestas públicas é o mesmo, pois ambas devem dispor de planos de manejo, planos operacionais anuais e de responsáveis técnicos.

Entretanto, ao contrário das áreas particulares, a execução dos planos de manejo das florestas públicas deve obedecer ao regramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que exige a elaboração e implantação de um plano de uso da floresta, que norteia qualquer atividade produtiva na área, seja esta florestal ou não.

No Acre a pioneira Lei Florestal Estadual também estabelece diretrizes para o manejo em florestas públicas estaduais.



ÁRVORES MADURAS

Cada hectare de floresta possui em média 200 árvores maduras e 1.000 árvores jovens. No manejo florestal são retiradas aproximadamente de 4 a 6 árvores por hectares, que em média representam de 15 a 30 m³.

A exploração florestal é realizada num ciclo de produção que vai de 10, 25 a 30 anos, ou seja, após a retirada de madeira só é permitido voltar a explorar a mesma área no ciclo adotado.

Considerando que no Acre há 6 milhões de hectares de florestas exploráveis e uma volumetria média explorável de 15 m³ por hectare, num ciclo de produção de 30 anos seria possível retirar até 2 milhões de m³ de madeira em tora por ano (levando em conta uma perda média de 30% da produção).

Entretanto, por falta de acesso ou distância dos polos industriais nem todas as áreas de floresta estão acessíveis. Dessa



A pioneira Lei Florestal Estadual também estabelece diretrizes para o manejo em florestas públicas estaduais



forma, no estado são retirados em média 400 mil m³ de madeira em tora por ano.

O objetivo do Programa de Concessões Florestais é garantir o suprimento florestal através da consolidação e ampliação das áreas de manejo florestais públicas. Dessa forma, estão sendo desenvolvidas ações que vão desde a concessão e criação de novas florestas públicas, que em 2018 devem chegar a mais de 600 mil ha, sendo lançado o primeiro edital de concessão florestal de 240 mil ha do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório.

O Programa de Florestas Plantadas também visa garantir e ampliar o suprimento florestal através do plantio de mais de 15 mil hectares de florestas plantadas

com fins madeireiros. Além de reaproveitar áreas abandonadas ou degradadas, o Programa também deve diminuir a pressão sobre as florestas nativas do Estado, já que sua produção deve substituir parte da madeira que é retirada hoje através do manejo florestal.

No Acre, a mais nobre espécie florestal sem dúvida é o mogno, em função da tradição de séculos de uso, da qualidade e beleza de sua madeira. Além do mogno, podemos considerar ainda como nobres os diversos cedros, ipês, angelins e mais recentemente os cumarus, utilizados na Ásia e Europa e América do Norte para decks residenciais e da indústria naval. São espécies manejadas e de grande procura pelo mercado.



NOVA REALIDADE

Em várias regiões do Acre, o PDSA II também está mudando a vida das comunidades. Em Xapuri, terra de seringueiro e ambientalista Chico Mendes (1944-1988), a realidade dos moradores é bem diferente daquela vivida décadas atrás.

Raimundo Mendes de Barros (o Raimundão), líder seringueiro, acompanhou de perto os conflitos nos anos 1980 que resultaram em muita violência e assassinatos, incluindo a morte de seu primo, Chico Mendes.

“Aqui era uma área isolada, com índices altíssimos de analfabetismo e pobreza”, lembra.

Uma época em que a população andava a pé ou no lombo de um burro ou cavalo para poder se locomover na floresta.

“As pessoas não sabiam o que era um CPF ou um título de eleitor”, recorda.

Mas Raimundo diz que tudo isso é passado, graças a programas governamentais como o PDSA que garante subsídios para



Raimundo Mendes de Barros, líder seringueiro, acompanhou de perto os conflitos nos anos 1980 e diz que o Acre melhorou



que os pequenos produtores trabalhem sem causar desmatamento em áreas preservadas.

“Existe um apoio ao extrativismo da borracha, ao armazenamento e transporte da castanha, à criação de peixes para subsistência e muito mais. Um novo amanhecer, diferente daquela escuridão que vivemos no passado”, garante.

Francisco de Oliveira, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, afirma que atualmente a filosofia de trabalho nas comunidades é defender a terra e, ao mesmo tempo, orientar o homem do campo para que trabalhe de forma sustentável.

“Além da luta pela questão dos direitos do trabalhador para ele poder participar da vida como cidadão”, diz.

O sindicalista diz que o governo do Estado tem contribuído bastante para o manejo comunitário da floresta, garantindo infraestrutura para que os produtos do interior do Acre cheguem ao mercado.

Francisco refere-se à abertura de ramais (vias secundárias) em várias áreas do estado, para o escoamento de produtos como a castanha e a madeira legal.

“Além disso, hoje o produtor e o extrativista tem a consciência de que é possível ganhar dinheiro reflorestando e criando uma floresta produtiva. São ações que contribuem para a sociedade e para o bolso dele”.



ISOLAMENTO

Sebastião Pereira da Silva, presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes, ainda em Xapuri, lembra que programas como o PDSA II são importantes porque ajudam a tirar as comunidades do isolamento.

“Melhorou muito a qualidade de vida das pessoas. Antes, não havia acesso à saúde pública, por exemplo. Mas graças as parcerias nos últimos anos, muitos extrativistas têm seu carro, sua moto”, diz Sebastião.

O presidente da associação afirma que foram muitas melhorias nos últimos quatro anos. O governo construiu 126 km em ramais para o escoamento da produção e acesso a escolas, postos de saúde, centros comunitários, além de dar estrutura para o armazenamento e também o transporte de castanhas, com a compra de quadriciclos. Bem como investimentos na piscicultura, para agregar rendimento às famílias.

“Fazemos aquilo que é pra gente e espero que isso não acabe. O PDSA é importante para a defesa da floresta em pé, onde podemos desfrutar dela por muito tempo”, ressalta.



Conquistas: graças as parcerias nos últimos anos, muitos extrativistas têm seu carro e sua moto



DADOS ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER

- Valor investido: R\$4.027.566,32
- Número de famílias beneficiadas: 2.039 famílias
- Municípios beneficiados: 5 regionais (Alto Acre, Baixo Acre, Juruá, Purus e Tarauacá/Envira)

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

- Hectares mecanizados com o PDSA Fase II: 2.584 hectares
 - Qual o valor gasto com a mecanização: R\$2,4 milhões
 - Nº de famílias beneficiadas: 3.106 famílias
-



ÁREAS INDÍGENAS FORTALECIDAS

As populações indígenas também foram beneficiadas pelo governo do Acre. O plano de gestão “Fortalecendo o Manejo, Coleta e Comercialização de Sementes Florestais Nativas” é uma iniciativa da Cooperativa Ashaninka Ayõpare.

Trata-se de uma das organizações sociais do povo Ashaninka da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, localizadas na região do Alto Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo, fronteira Brasil-Peru.

Há algum tempo que esta cooperativa realiza trabalhos de coleta de sementes, produção de mudas e comercialização da produção. Assim, em seu plano de gestão foi demonstrado um pouco das características da área, da organização social, das experiências bem-sucedidas, além dos problemas e as necessidades e propostas de trabalho para fortalecer o manejo, a coleta e comercialização de sementes e mudas florestais nativas.

Foi ressaltado também, o trabalho educativo em práticas agroecológicas realizado

no Centro Yorenka Átame com estudantes de escolas públicas e com produtores agroextrativistas.

Estas atividades, insumos, atendimento a protocolos de fitossanidade, isto é, técnicas que evitem o uso contínuo de químicos no cultivo, contribuem para a solidificação desta cadeia de valor que empreende o povo Ashaninka do Rio Amônia, e propicia o aumento e diversificação do trabalho e renda das famílias.

Além disso, busca-se contribuir significativamente com o entorno da terra indígena e o município de Marechal Thaumaturgo, com estudantes e produtores, sobre técnicas de produção e conservação dos recursos naturais através da coleta de sementes, produção de mudas, enriquecimento florestal e implantação de Sistemas Agroflorestais.



OLEAGINOSAS EM PORTO WALTER

A Cooperativa Agroextrativista Pushuã Shawādawa, fundada por indígenas e produtores agroextrativistas da terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, em 2010, no município de Porto Walter, também foi beneficiada.

O objetivo do seu projeto é estruturar a cadeia de valor do cocão em aldeias e comunidades da Terra Indígena de Arara do Igarapé Humaitá, no município de Porto Walter, tendo como público alvo 39 famílias distribuídas em três aldeias subdivididas em cinco comunidades de Porto Walter.

A Pushuã tem desenvolvido trabalhos para o fortalecimento da cadeia das oleaginosas, como o murmuru e cocão, através de parceria com ONGs e instituições governamentais.

Este plano é uma estratégia de uso consciente dos recursos naturais, pois estimula a conservação da floresta em pé, o que dá espaço a diversificação da produção e possibilita renda monetária.

Um projeto que diminui um dos dilemas das áreas rurais ao frear o avanço do desmatamento para a criação extensiva de gado, atividade que costuma ser muito praticada por comunidades tradicionais na Amazônia.



Plano atende 39 famílias em três aldeias e é uma estratégia de uso consciente dos recursos naturais



Educação: qualificação de Agentes de Desenvolvimento Local oferecida pelo Instituto Dom Moacyr

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE

Dentre as várias ações do PDSA II também está prevista a realização de capacitação dos beneficiados, por meio da oferta de educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada, bem como oficinas e a qualificação de Agentes de Desenvolvimento Local, a ADL, oferecida pelo Instituto Dom Moacyr.

O PDSA foi implementado no Instituto Dom Moacyr, a partir de 2016, com a realização do processo licitatório e o início do Curso Técnico em Floresta, em 2017. Nesta primeira fase, foram 30 educandos formados, cinco mulheres e 25 homens.

São todos jovens vindos das cinco reservas extrativistas do Estado (Resex) que agora retornam às suas comunidades com novas ideias e propostas de trabalho.

“Quando a gente vem de uma realidade bem diferente em busca de conhecimento, é uma experiência fantástica. A proposta agora é retornar às nossas comunidades e desenvolver um trabalho de forma susten-

tável”, afirma o educando Germano Bezerra do Nascimento, morador da região do Alto Juruá.

Maria Rita Paro, diretora do Instituto Dom Moacyr (IDM), afirma que o objetivo do curso é garantir a valorização das comunidades e da floresta onde vivem e se sustentam.

“Sabemos o quanto os educandos e colaboradores valorizam este trabalho e a importância dos produtos que vêm da floresta”, ressalta.

Para Maria Rita, os jovens que por tradição e herança, já desenvolvem um trabalho empírico nas reservas, agora vão levar um conhecimento formal e técnico às comunidades.

“Essas comunidades vão dispor de um profissional qualificado. Um jovem transformador e disseminador de uma grande ideia que é valorizar a floresta em que vive. Enfim, um formador de opinião”, argumenta.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DURADOURO

Isaac Ibernnon, técnico da Secretaria do Meio Ambiente do Acre e gestor do Complexo de Floresta Estaduais do Rio Gregório, informa que o manejo comunitário junto às comunidades é a melhor forma de manter a floresta em pé de uma forma produtiva.

Para tanto, a secretaria já disponibilizou às associações e cooperativas da região maquinário, treinamento da população e licenciamento das áreas para exploração da madeira.

O gestor explica que por meio do manejo comunitário, uma área que foi explorada no primeiro ano pelo extrativismo, só vai voltar a ser produtiva, 10 a 30 anos depois. É o tempo que essa área leva para se recuperar e essas árvores vão estar maduras para o abate.

“Você tem o desenvolvimento sustentável no qual é possível trabalhar continuamente numa mesma área, deixando a floresta em pé”, comenta.

Isaac ressalta ainda o trabalho das Unidades de Gestão Ambiental Integrada (UGAIs), criadas nas reservas florestais por meio do PDSA. As sedes das UGAIs funcionam como pontos de apoio e suporte aos moradores das áreas de preservação próximas e as equipes do governo que sempre realizam trabalhos junto às comunidades.

“Elas [Ugais] mantém uma distância de 100 quilômetros entre uma e outra e também servem de apoio aos órgãos do Estado na parte de manejo, regularização fundiária, fiscalização e monitoramento”.

BASE LEGAL E REGULATÓRIA

Segundo o secretário adjunto de Meio Ambiente, João Paulo Mastrangelo, o PDSA em suas duas fases, contrapõe o modelo estabelecido por décadas na Amazônia que incentivou o desmatamento. Ou seja, a pecuária improdutiva em larga escala.

Mastrangelo explica que num primeiro momento, o PDSA criou uma base legal e regulatória de preservação das florestas com a criação de reservas estaduais em áreas problemáticas.

Em seguida, em sua segunda fase, estabeleceu formas de tornar essas florestas produtivas. O secretário disse ainda que o programa apresentou resultados importantes consolidando-se como uma experiência interessante no mundo.

Tanto que, de acordo com Mastrangelo, criou uma aliança entre estados subnacionais localizados em florestas tropicais que querem assumir o protagonismo “em relação à promoção de desenvolvimento aliado a conservação”.

“O PDSA fortalece esse debate global num momento em que vivemos de aquecimento global e outros problemas ambientais e no qual a população demonstra completa rejeição ao desmatamento. Além de reduzir desigualdades”, afirma.



Em sua segunda fase, PDSA estabeleceu formas de tornar essas florestas produtivas



POUPANÇA EM LONGO PRAZO

Marky Brito, Diretor Executivo de Florestas da Sema, lembra que, além do trabalho nas florestas estaduais, a secretaria, por meio do PDSA II, também está presente em assentamentos e reservas indígenas.

Para tanto, oferece tecnologia, informação e capacitação a uma comunidade consciente do que a floresta pode oferecer.

“São pessoas que lutaram pela floresta preservada e que sabem que esses recursos em longo prazo são uma poupança para eles”, argumenta.

Marky cita como exemplo o manejo madeireiro e não madeireiro realizado na Floresta Estadual de Antimary (FEA), referência em todo o Estado. Com vasta diversidade de fauna e flora, a floresta, localizada entre Bujari e Sena Madureira, a área é utilizada para pesquisa por estudantes e cientistas.

“Em 2005, a renda média anual dos moradores era de R\$ 1.700. Em 2014, subiu para R\$ 26 mil por ano. Hoje, você vê famílias comprando motos e caminhonetes e pagando os estudos dos filhos graças às florestas preservadas”, garante.

Enfim, um novo Acre que prospera investindo em tradição e inovação e que acredita em suas riquezas naturais e no poder transformador de seu povo.



Com vasta diversidade de fauna e flora, a floresta de Antimary, localizada entre Bujari e Sena Madureira é utilizada para pesquisa.



RAIO – X MANEJO FLORESTAL NO ACRE

Quando se fala em manejo florestal, o Acre é um exemplo em todo o País. Confira esse raio-x da prática no Estado, realizado com base em informações do diretor executivo de Florestas Marky Brito.

► ZONEAMENTO ECOLÓGICO

De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Acre, dos 16,4 milhões de hectares que constituem a área total do Estado, cerca de 14,5 milhões são cobertos por florestas, dos quais seis milhões são potencialmente aptos a serem manejados.

► VARIEDADE DE ESPÉCIES

Atualmente 68 espécies florestais mostram potencial ou já são manejadas e processadas pela indústria florestal acreana. Desse total, em média 35 são utilizadas

para a produção de madeira serrada, 28 para lâminas torneadas e 22 para lâminas faqueadas. Entre as mais comuns estão o angelim, cedro, cerejeira, cumarus, ipês, jatobá, maçaranduba, paricá, mulateiro, breus e sumaúma.

► MADEIRAS NOBRES

No Acre a mais nobre espécie florestal é o mogno, em função da tradição de séculos de uso, da qualidade e beleza de sua madeira. Além do mogno, podem ser considerados nobres diversos cedros, ipês, angelins e mais recentemente os cumarus, utilizados na Ásia e Europa e América do Norte para decks residenciais e da indústria naval.

► REGRAS PARA O MANEJO

O processo de licenciamento da atividade de manejo florestal em áreas particulares e em florestas públicas é o mesmo, pois ambas devem dispor de planos de manejo, planos operacionais anuais e de responsáveis técnicos. Entretanto, ao



contrário das áreas particulares, a execução dos planos de manejo das florestas públicas deve obedecer ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que exige a elaboração e implantação de um plano de uso da floresta.

► MANEJO COMUNITÁRIO

No Acre, o manejo comunitário tem início com a identificação pela SEMA (Secretaria do Meio Ambiente) da manifestação de interesse de associações de pequenos produtores em assentamentos e unidades de conservação. A partir daí, a Secretaria de Floresta dá início a um ciclo de reuniões e discussões com as comunidades, nas quais se avalia o potencial e a possibilidade de fomentar o manejo florestal.

► CONSULTORIA FLORESTAL

Após a seleção do projeto, a SEMA contrata empresas de consultoria florestal que, em conjunto com a comunidade, elaboram, implantam e executam os planos de manejo e planos operacionais anuais.

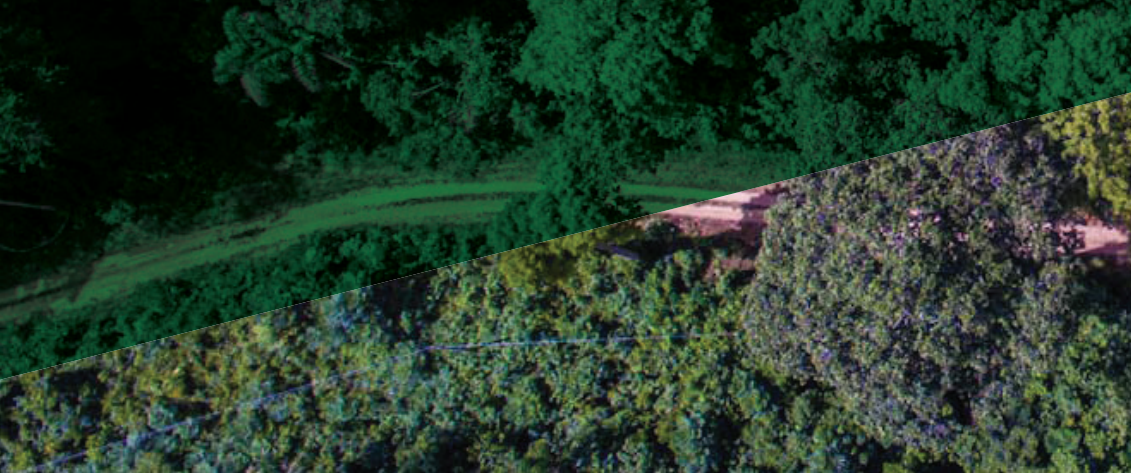
O ciclo de elaboração, licenciamento e execução é monitorado por um grupo de servidores da SEMA, que também presta assistência técnica aos comunitários.

► APOIO CARTORIAL

Durante o desenvolvimento e implantação do plano de manejo a comunidade é envolvida em atividades de capacitação e treinamento sobre o manejo. Para isso, é essencial que as associações estejam legalizadas e participem efetivamente do processo, liderando o grupo de produtores que tiveram suas colocações selecionadas.

► PATRULHA FLORESTAL

Após a aprovação do plano de manejo, as comunidades planejam a retirada e venda da madeira. Para realizar a exploração florestal comunitária, a SEMA coloca à disposição de comunidades selecionadas sua patrulha florestal, que executa a abertura e manutenção de ramais, carregadores e pontes.



► MANUTENÇÃO DE RAMAIS

Desde 2011, já foram investidos mais de R\$ 11 milhões para a manutenção de ramais via PDSA II, beneficiando mais de 800 famílias em Resex e Florestas Estaduais, com mais de 200 km de ramais recuperados. Em 2018 estão previstos mais R\$ 5,5 milhões para essa recuperar atividade através do PDSA II.

► CONVÊNIOS

Atualmente, o Acre executa um dos maiores Programas de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia, com 1.201 famílias inseridas e assistidas via PDSA II, e que já supre parte das demandas da indústria florestal local. São 34 associações e cooperativas beneficiadas com mais de R\$ 13 milhões em convênios via PDSA II.

► EXPLORAÇÃO PERMITIDA

Cada hectare de floresta possui em média 200 árvores maduras e 1.000 árvores

jovens. No manejo florestal são retiradas aproximadamente de 4 a 6 árvores por hectares, que em média representam de 15 a 30 m³.

► MADEIRA LEGAL

Considerando-se que no Acre há 6 milhões de hectares de florestas exploráveis e uma volumetria média explorável de 15 m³ por hectare, num ciclo de produção de 30 anos, seria possível retirar até 2 milhões de m³ de madeira em tora por ano (levando em conta uma perda média de 30% da produção).

► PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Atualmente, além do Programa de Manejo Florestal Comunitário, o Governo do Acre realiza mais três programas que direta ou indiretamente apoiam ao manejo florestal: o Programa de Concessões Florestais, o Programa de Florestas Plantadas e o Programa de Consolidação do Complexo Florestal Industrial do Vale do Juruá.



▶ AMPLIAÇÃO DE ÁREAS

O objetivo do Programa de Concessões Florestais é garantir o suprimento florestal através da consolidação e ampliação das áreas de manejo florestais públicas. Dessa forma, estão sendo desenvolvidas ações que garantem a concessão e criação de novas florestas públicas.

▶ PROGRAMA

O Programa de Florestas Plantadas também visa garantir e ampliar o suprimento florestal através do plantio de mais de 15 mil hectares de florestas plantadas com fins madeireiros. Além de reaproveitar áreas abandonadas ou degradadas, o programa também deve diminuir a pressão sobre as florestas nativas do Estado.

▶ EMPREGOS DIRETOS

O Programa de Implantação do Complexo Florestal Industrial do Vale do Juruá irá implantar duas fábricas naquela região, sendo uma de lâminas faqueadas em Cruzeiro do Sul e outra de compensados em

Tarauacá. Juntas elas devem disponibilizar mais de 700 empregos diretos.

▶ ECONOMIA LIMPA

A SEMA é o órgão do Governo Estadual responsável pelo fomento a atividade produtiva florestal no Estado. Ela desenvolve e implanta programas e projetos voltados para os diversos elos da cadeia produtiva florestal, que vão desde a gestão de florestas públicas a elaboração do arcabouço legal florestal.

▶ FLORESTAS PÚBLICAS

Executando ou co-executando a mais de dezenove anos diversos empréstimos e financiamentos do BID, BNDES, MMA, entre outros, o Governo do Acre através da SEMA conseguiu criar mais de 600 mil hectares de florestas públicas, nas quais moram mais de 400 famílias, além de fomentar o manejo florestal comunitário para 1.201 famílias de pequenos produtores.

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves
Governador

Nazareth Mello Araújo Lambert
Vice-Governadora

Márcio Veríssimo Carvalho Dantas
Secretário de Estado de Planejamento -
Seplan

Carlos Edegard de Deus
Secretário de Estado de Meio Ambiente - Sema

Thaumaturgo Neto
Secretário de Estado de Extensão
Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof

Andréa Laiana Coelho Zílio
Secretária de Estado de Comunicação -
Secom

Marky Brito
Secretário Adjunto de Meio Ambiente - Sema

Quesnay Souza de Lima
Diretor Executivo de Projetos Especiais Secretaria de Estado de Planejamento - Seplan

Claudia Lima Saldanha
Diretora Executiva de Acompanhamento da
Gestão Secretaria de Estado de Planejamento -
Seplan

Maria Rita Paro de Lima
Diretora Presidente do Instituto Dom
Moacyr - IDM

Paulo Sérgio Braña Muniz
Diretor de Produção Familiar – Seaprof

Eufran Ferreira do Amaral
Chefe Geral da Embrapa Acre

**PRODUÇÃO EDITORAL – SECRETARIA DE
ESTADO DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)**

Fotografias – Ângela Peres, Alexandre
Noronha, Arison Jardim, Diego Gurgel,
Elynalía Lima, Sérgio Vale, Pedro Devani,
Arquivo Secretaria de Comunicação.

Produção: Sociedade Banco de Projetos - Ampb

